



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI
GABINETE DO PREFEITO**

OF/GP/CAM. nº 049/2025

Amambai/MS, 23 de outubro de 2025.

Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 037/2025.



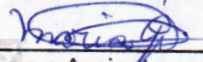
**CÂMARA MUNICIPAL
DE AMAMBAI - MS.**

Data: 30 / 10 / 2025

Horário: 9:51:10

Protocolo nº: 1773/2025

Senhor Presidente,


Nome e Assinatura

Oportunidade em que cumprimentamos V. Excelência, valemo-nos do presente expediente para encaminhar o **Projeto de Lei nº 037/2025**, que “*Altera dispositivo da Lei Municipal nº 1.765/2003, e dá outras providências*”, para apreciação desta Casa de Leis.

A proposta visa corrigir a identificação do donatário constante do diploma legal que autorizou a doação de fração de terras de propriedade do Município de Amambai.

Conforme se depreende do Processo Administrativo nº 168.926/2025, a Lei Municipal nº 1.765/2023 autorizou a doação ao senhor Andreivan Fistarol, com expedição do correspondente Título de Domínio Pleno nº 07/2003, emitido em 25 de setembro de 2003.

Entretanto, restou demonstrado, pelos documentos que instruem o referido processo, que o imóvel em questão já havia sido cedido pelo donatário original ao senhor Germano Diomar Pott em 10 de setembro de 2003, ou seja, antes mesmo da sanção da lei e da emissão do título de domínio.

Verifica-se, assim, que a lei de doação acabou sendo formalizada em nome de pessoa que, à época, já não detinha a posse e os direitos aquisitivos sobre o imóvel, uma vez que estes haviam sido transmitidos ao senhor Germano Diomar Pott mediante contrato de cessão de direitos regularmente firmado.

Dessa forma, a alteração ora proposta não se trata de nova doação, mas sim de uma correção histórica e administrativa, de modo a adequar o texto legal à realidade fática existente desde 2003, reconhecendo a legítima titularidade de quem efetivamente detém a posse e exploração da área, conforme comprovam os documentos de cadastro,

Prefeitura de Amambai

Rua Sete de Setembro, 3.244 – Fone: (67) 3481-7400 – Fax: (67) 3481-7430 – CEP: 79.990-000 – Amambai/MS.

CAMARA MUNICIPAL
DE AMAMBAI - MS.



Data: _____

Horário: _____

Protocolo nº: _____

Nome e Assinatura _____



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI
GABINETE DO PREFEITO**

inscrição estadual, CCIR, contas de energia elétrica e demais registros apresentados no processo administrativo.

Dessa forma, com a aprovação do presente Projeto de Lei, será possível regularizar definitivamente a situação dominial do imóvel, permitindo a emissão do título em nome de quem de fato exerce a posse e cumpre a função social da propriedade, nos termos da legislação vigente.

Posto isso, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos Nobres Vereadores.

Sendo o que nos reserva o momento, reiteramos votos de consideração e apreço, colocando-nos a disposição para eventuais esclarecimentos complementares.

Atenciosamente,

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
DARCI JOSÉ DA SILVA
M.D. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Amambai/MS



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI
GABINETE DO PREFEITO**

PROJETO LEI Nº 037/2025

“Altera dispositivo da Lei Municipal nº 1.765/2003, e dá outras providências”

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA, Prefeito de Amambai, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Esta lei altera o artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.765, de 23 de setembro de 2003, para regularizar a titularidade do imóvel em favor do atual detentor.

Art. 2º. O *caput* do artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.765, de 23 de setembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar a Germano Diomar Pott, titular do CPF nº 160.347.839-68, uma fração de terras medindo 15.1394ha (quinze hectares, mil e trezentos e noventa e quatro metros quadrados) extraídos do imóvel sem denominação de propriedade do Município de Amambai-MS, e matriculado no CRI da Comarca sob o nº 15.632, dentro dos seguintes limites e confrontações:

(...)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de outubro de 2025.

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA
Prefeito Municipal

DORIVAL SOARES DA SILVA
Secretário Municipal de Gestão



**CÂMARA MUNICIPAL
DE AMAMBAI - MS.**

Data: 30 / 10 / 2025

Horário: 10:15:43

Protocolo nº: 1777/2025

Nome e Assinatura



MUNICÍPIO DE AMAMBAI

regularização e correção a lei 1.765/03

PROCESSO 168926/2025



ADDC25397780DCA2

TIPO DE PROCESSO: Protocolo

ASSUNTO: Solicitação de Documentos

ABERTURA: 16 de setembro de 2025 às 10:36

SIGNATÁRIO GERMANO DIOMAR POTT

Acesse o link abaixo para consultar o processo

<https://amambai.flowdocs.com.br/public/processos/ADDC25397780DCA2>



De: GERMANO DIOMAR POTT

Para: Protocolo (Organograma)

Data: 16 de setembro de 2025 às 10:36

O presente termo de domínio pleno 07/2003, a qual segue em anexo, foi outorgado ao Sr. Andreivan Fistarol, o imóvel identificado pela matrícula CRI 15.632, sendo que o imóvel foi vendido a mim em 10/setembro/2003, e com o animo de conseguir regularizar o imóvel ao meu nome, solicito a alteração da lei para que conte a minha titularidade como a expedição do título de domínio pleno, possibilitando assim a minha regularização sobre o imóvel.

Atenciosamente.

Anexo(s)

CNH.pdf

Comprovante de saldo - IAGRO.pdf

CCIR - Certificado Imóvel Rural.pdf

Conta de Luz.pdf

Contrato.pdf

Inscrição estadual.pdf

lei 1765.pdf

registro.pdf

Requerimento..pdf

TERMO DE RESPONSABILIDADE.pdf

Título de Domínio Pleno.pdf

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSTO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME

GELIN ROTT

DOC. IDENTIDADE LONG. EMISSORA

473390

SSP

MS

DT.

506.266.201-06

DATA DE EMISSÃO

05/08/1954

PLAÇA

PRIMO LUPATINI

THERESINHA RONALDO

LUPATINI

PORVENÇÃO

SSP

CAI 1954

00000000000000000000

00000000000000000000

0

Nº REGISTRO

00213506717

VALIDADE

09/03/2027

Nº HABILITAÇÃO

25/11/1992

INSCRIÇÕES

A. D. F. T.

Gelin Rott

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

CAMPO GRANDE, MS

DATA DE EMISSÃO

11/03/2023

ROSEL ESPINDOLA DA TRINDADE JUNIOR
 DIRETOR-GERENTE

87814511535
 MS053347906

ASSINATURA DO EMISSOR

MATO GROSSO DO SUL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CATEGORIA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCION

1. NOME E SOBRENOME
GERMÃO DIDMAR POIT

2. DATA DE NASCIMENTO
17/10/1950

3. DATA DE EMISSÃO
31/01/2023

4. DATA DE VALIDADE
29/01/2026

5. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

6. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

7. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

8. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

9. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

10. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

11. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

12. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

13. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

14. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

15. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

16. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

17. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

18. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

19. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

20. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

21. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

22. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

23. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

24. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

25. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

26. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

27. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

28. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

29. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

30. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

31. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

32. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

33. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

34. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

35. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

36. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

37. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

38. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

39. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

40. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

41. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

42. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

43. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

44. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

45. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

46. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

47. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

48. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

49. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

50. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

51. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

52. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

53. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

54. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

55. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

56. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

57. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

58. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

59. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

60. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

61. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

62. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

63. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

64. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

65. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

66. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

67. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

68. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

69. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

70. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

71. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

72. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

73. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

74. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

75. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

76. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

77. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

78. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

79. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

80. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

81. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

82. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

83. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

84. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

85. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

86. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

87. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

88. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

89. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

90. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

91. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

92. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

93. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

94. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

95. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

96. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

97. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

98. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

99. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

100. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

101. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

102. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

103. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

104. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

105. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

106. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

107. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029

108. DATA DE EXPIRAÇÃO
11/01/2029



MUNICÍPIO DE AMAMBAI

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 3244 - CENTRO - CNPJ: 03.568.433/0001-36

AMAMBAI/MS - CEP 79.990-000

FONE: (67) 3481-7400



CÓDIGO DE ACESSO

3C84165A56A24D1CA2014E72ADB8FCAB

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: GERMANO DIOMAR POTT em 16/09/2025 10:34:19

CPF:***.***-839-68

Certificadora: MUNICÍPIO DE AMAMBAI - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://amambai.flowdocs.com.br/public/assinaturas/3C84165A56A24D1CA2014E72ADB8FCAB>



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

SEC. DE MEIO AMBIENTE, DESENV. ECONÔMICO, PROD. E AGRIC. FAMILIAR - SEMAGRO

AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO

Comprovante de Saldo

Produtor: GERMANO DIOMAR POTT
Propriedade: CHAC RANCHO JARDIM
Inscrição: 16034783968
Município: AMAMBAI
Região/ZF: PLANALTO - NÃO ZAV
Espécie: TODAS - COM SALDO

Situação: ATIVO
PGA: 500001303550001
Vacina Aftosa: 12/06/2017
Vacina Aftosa: 23/11/2016
Vacina Brucelose:
Fêmeas 0 a 12 Sem Brucelose: 3

Especie	Sexo	Faixa	Saldo Disponível	Saldo a Confirmar	Saldo Total
BOVINO	FÊMEA	0 A 12 MESES	3	0	3
		13 A 24 MESES	0	0	0
		25 A 36 MESES	1	0	1
		ACIMA DE 36 MESES	6	0	6
	MACHO	0 A 12 MESES	3	0	3
		13 A 24 MESES	0	0	0
		25 A 36 MESES	0	0	0
		ACIMA DE 36 MESES	0	0	0
					Total: 13
Núcleo: 50000130355000101 - ATIVO					
SUBSISTÊNCIA - SUBSISTÊNCIA					
GALINHA	---	OVOS FÉRTEIS	0	0	0
		AVES DE 1 DIA	0	0	0
		ADULTO	20	0	20
		RECRIADA	0	0	0
					Total: 20

Saldo constante em 23/11/2017 8:36:18

Total Geral: 33

PRODUTOR: O saldo, fornecido nesse comprovante, é meramente um indicativo de rebanho existente em sua propriedade, devendo ser atualizado de acordo com o rebanho efetivamente existente e devidamente vacinado.

A falta de atualização de seu rebanho na IAGRO poderá comprometer futuros negócios de seu interesse, assim, como é considerada infração às normas de defesa sanitária que sujeitará o infrator (produtor) às penalidades previstas na legislação.





MUNICÍPIO DE AMAMBAI

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 3244 - CENTRO - CNPJ: 03.568.433/0001-36

AMAMBAI/MS - CEP 79.990-000

FONE: (67) 3481-7400



CÓDIGO DE ACESSO

C13A6731284D4543B8B27572210B5B12

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: GERMANO DIOMAR POTT em 16/09/2025 10:34:30

CPF:***.***-839-68

Certificadora: MUNICÍPIO DE AMAMBAI - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://amambai.flowdocs.com.br/public/assinaturas/C13A6731284D4543B8B27572210B5B12>



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL - CCIR
EMIÇÃO EXERCÍCIO 2024

DADOS DO IMÓVEL RURAL

PÁG.: 1 / 1

CÓDIGO DO IMÓVEL RURAL 950.157.621.021-5	DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL RURAL Rancho Jardim	DATA DO PROCESSAMENTO DA ÚLTIMA DECLARAÇÃO 03/11/2011	ÁREA CERTIFICADA 0,0000
ÁREA TOTAL (ha) 15,1627	CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA Pequena Propriedade	MUNICÍPIO SEDE DO IMÓVEL RURAL AMAMBAI	UF MS
INDICAÇÕES PARA LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL RURAL Vila Santo Antonio	MÓDULO RURAL (ha) 0,00	Nº MÓDULOS RURAIS 45,0000	FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO (ha) 2,00
	MÓDULO FISCAL (ha) 45,0000	Nº MÓDULOS FISCAIS 0,3369	
ÁREA DO IMÓVEL RURAL (ha) REGISTRADA 0,0000	POSSE A JUSTO TÍTULO 0,0000	POSSE POR SIMPLES OCUPAÇÃO 15,0000	ÁREA MEDIDA 15,1627

DADOS DO DECLARANTE

NOME Germano Diomar Pott	CPF/CNPJ 160.347.839-68
NACIONALIDADE BRASILEIRA	TOTAL DE PESSOAS RELACIONADAS AO IMÓVEL 1

DADOS DOS TITULARES

CPF/CNPJ 160.347.839-68	NOME Germano Diomar Pott	CONDIÇÃO Proprietário Ou Possesiro Individual	DETENÇÃO (%) 100,00
----------------------------	-----------------------------	--	------------------------

DADOS DE CONTROLE

DATA DE LANÇAMENTO 17/06/2024	NÚMERO DO CCIR 68363513255	DATA DE GERAÇÃO DO CCIR 10/02/2025	DATA DE VENCIMENTO: **/**/****
----------------------------------	-------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------

TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS (R\$)

DÉBITOS ANTERIORES 0,00	TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS 5,39	VALOR COBRADO 5,39	MULTA 1,08	JUROS 0,38	VALOR TOTAL *** QUITADO ***
----------------------------	-------------------------------------	-----------------------	---------------	---------------	--------------------------------

OBSERVAÇÕES

1. ESTE DOCUMENTO SÓ TEM VALIDADE APÓS A QUITAÇÃO DA DEVIDA TAXA.
2. TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS DO EXERCÍCIO JÁ QUITADA.
3. IMÓVEL NÃO POSSUI DADOS GEOGRÁFICOS CADASTRADOS NA BASE SIGEP/INCRA PARA APRESENTAR O CROQUI/PLANTA.

ESCLARECIMENTOS GERAIS

1. ESTE CERTIFICADO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL PARA DESMEMBRAR, ARRENDAR, HIPOTECAR, VENDER OU PROMETER EM VENDA O IMÓVEL RURAL E PARA HOMOLOGAÇÃO DE PARTILHA AMIGÁVEL OU JUDICIAL, "SUCESSÃO CAUSA MORTIS", DE ACORDO COM OS PARÁGRAFOS 1º E 2º DO ARTIGO 23 DA LEI 4.947/66.
2. SEMPRE QUE OCORREREM ALTERAÇÕES NO SEU IMÓVEL, SEJA POR COMPRA, VENDA, PERMUTA, DOAÇÃO, ETC., OU NAS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO, REALIZE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO ATRAVÉS DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE PROPRIEDADE (DOP) OU PROCURE O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA OU A UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRAMENTO - UMC, PARA ATUALIZAR O SEU CADASTRO RURAL.
3. AS INFORMAÇÕES DESTES CERTIFICADO SÃO EXCLUSIVAMENTE CADASTRAIS, NÃO LEGITIMANDO DIREITO DE DOMÍNIO OU POSSE, CONFORME PRECISITA O ARTIGO 3º DA LEI 5.988/72.
4. A TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS FOI LANÇADA COM BASE NAS SEGUINTE LEGISLAÇÕES: LEI 8.947/94, DECRETO LEI 1.988/82, LEI 8.947/94, DECRETO 95.891/85 E DECRETOS LEI 57/96.
5. O TERMO "IMPRODUTIVO" NO CAMPO "CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA" INDICA QUE O IMÓVEL RURAL NÃO ATINGIU OS ÍNDICES QUE O CLASSIFICARIAM COMO PRODUTIVO, DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO ARTIGO 6º DA LEI 8.629/93.
6. "FMP" - FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 6º DA LEI 8.629/93.
7. ÁREA CERTIFICADA CONFORME DISPOSTO NA LEI 10.297/01 E SUAS ALTERAÇÕES.

TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS

1. O PRESENTE DOCUMENTO SÓ PODERÁ SER PAGO NO BANCO DO BRASIL.
2. O CCIR COM A TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS NÃO QUITADA ATÉ A DATA DE VENCIMENTO DEVERÁ SER REEMITIDO, PARA ATUALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS DE MULTA E JUROS - LEIS 8.022/90, 8.947/94 E 8.383/91.
3. O CCIR SÓ É VÁLIDO COM A QUITAÇÃO DA TAXA.
4. A COBRANÇA DA TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS OBEDECERÁ OS SEGUINTE CRITÉRIOS:
a) PARA OS IMÓVEIS RURAIS CONSTANTES NO INCRA ANTES DO ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVO, O VALOR DA TAXA É RELATIVO A TODOS OS EXERCÍCIOS NÃO LANÇADOS.
b) PARA OS IMÓVEIS RURAIS INCLUIDOS NO INCRA APÓS O ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVO, O VALOR DA TAXA REFERE-SE AOS EXERCÍCIOS NÃO LANÇADOS, A PARTIR DO EXERCÍCIO DE INCLUIÇÃO.
c) O VALOR DE DÉBITOS ANTERIORES REFERE-SE AS TAXAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES AOS EXERCÍCIOS CORRESPONDENTES AO ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVO, CUJA COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO NÃO FOI REGISTRADA ATÉ A DATA DE EMISSÃO DESTES CERTIFICADO.

Assinado por 1 pessoa: GERMANO DIOMAR POTT
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://amambai.flowdoc.com.br/public/assinaturas/8BD55502A74B4BBD5A24E76A4DC95262>

Número de Autenticidade
09380.10570.10100.02



MUNICÍPIO DE AMAMBAI

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 3244 - CENTRO - CNPJ: 03.568.433/0001-36

AMAMBAI/MS - CEP 79.990-000

FONE: (67) 3481-7400



CÓDIGO DE ACESSO

8BDB5502A74D4BD5A24E76A4DC95262C

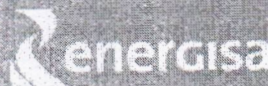
VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

✓ Assinante: GERMANO DIOMAR POTT em 16/09/2025 10:34:35
CPF:***.***-839-68
Certificadora: MUNICÍPIO DE AMAMBAI - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://amambai.flowdocs.com.br/public/assinaturas/8BDB5502A74D4BD5A24E76A4DC95262C>



DANF3E - DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTR. DE ENERGIA S.A.
Av. Gury Marques, 8000
Campo Grande/MS - CEP 79072-900
CNPJ 15.413.825/0001-50 - Insc. Est. 28.108.553-2

DOMÍLIO DE ENTREGA

GERMÃO DIOMAR POTT
RUA WANDER BAMBIL PEIXOTO 1191 AMAMBÁ - CEP: 79900003 - VILA CRISTINA
AMAMBÁ MS (AG: 36)

ROTEIRO: 064 - 0036 - 540 - 1130

MATRÍCULA: 1546611-2025-9-1

DOM. BANC:

DOM. ENT.: 1546611

Data de Apresentação: 04/09/2025

Cadastre sua Fatura em Débito Automático.

Utilize o Código: 0001546611-3

Classificação: MTC-CONVENÇIONAL BAIXA TENSÃO / B2 RURAL /

LIGAÇÃO: BIFÁSICO

TENSÃO NOMINAL EM VOLTS DISP:

Lim. Min.: 117

Lim. Max.: 7 a

GERMÃO DIOMAR POTT

CHACARA RAINHA DOS ANJOS, S/N - 24.436.09.998700 - 79900000

RURAL

AMAMBÁ (AG: 36)

CNPJ/CPF/RANI: 15X.XXX.XX9-88

Insc. Est.:

CÓDIGO DO CLIENTE

10/1546611-3

CÓDIGO DA INSTALAÇÃO

W6195559512

Datas de Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº Dias	Próxima Leitura
	22/07/2025	20/08/2025	29	20/09/2025



NOTA FISCAL Nº: 011.739.593 - Série: 002

DATA DE EMISSÃO: 04/09/2025

Consulte pela Chave de Acesso em:

<https://www.dfe.ms.gov.br/nf3e/consulta>

chave de acesso:

5025 0915 4138 2600 0150 6600 2011 7395 9310 5524

4357

Protocolo de Autorização:

1502500010835548 - 04/09/2025 11:02:20

REF: MÊS / ANO

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

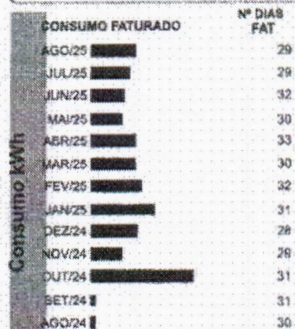
Agosto / 2025

11/09/2025

R\$ 53,24

Importante: seu número de identificação será atualizado. A partir de 01/12/2025, o número da sua unidade consumidora será alterado, conforme determinação da ANEEL. A mudança é automática e não afeta o seu consumo nem o fornecimento de energia.

Itens da Fatura	Unid.	Quant.	Preço unit (R\$) com tributos	Valor (R\$)	PIS/COFINS (R\$)	Base Calc. (R\$)	% Aliq. ICMS	ICMS (R\$)	Tarifa Unit (R\$)	Tributo	Base de Calc. (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
Consumo em kWh		345,00	1,099590	379,36	11,93	379,36	17	64,49	0,878100	PIS	49,16	0,6757	0,33
Energia Atv Injetada GDI mUC 8/2025 mPT		295,00	1,099590	-324,38	-10,20	-324,38	17	-55,14	0,878100	COFINS	49,16	3,1122	1,52
Adio B. Vermelha				4,25	0,12	4,25	17	0,71		ICMS	56,23	17,00	10,06
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS													
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 07/2025				0,02									
BÔNUS ITAIPU-LEI 10438/2002 12/2024				-7,27									
MULTA 07/2025				1,16									
JUROS DE MORA 07/2025				0,10									



TOTAL: 53,24 1,85 59,23 10,06

Medidor	Grandezas	Postos horários	Leitura Anterior	Leitura Atual	Cost. Medidor	Consumo kWh
W6195559512	Energia ativa em kWh	Ponta	3680	4025	1	345
W6195559512	Energia injetada	Ponta	2626	3180	1	554

RESERVADO AO FISCO

Art. 41, Inciso III, alínea c, item 1 do RICMS/MS - 1998
Esta NF3e substitui, para todos os fins, a NF3e nº 11051389, de 21/08/2025, a qual não poderá ser utilizada para fins de crédito do imposto.

BANCO ITAU SA		341-7	CONTA PAGA - Data de Pagamento: 09/09/2025	
LOCAL DE PAGAMENTO: PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO ITAU SA				
BENEFICIÁRIO: ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A				
ENDEREÇO: AV GURY MARQUES, 8000 - SAÍDA PARA S.PAULO - CAMPO GRANDE / MS - CEP 79072-900				
DATA DO DOCUMENTO: 04/09/2025		Nº DOCUMENTO: 1546611-2025-08-1		ESPECIE DOC: DS
CARTEIRA: 109		ESPECIE R\$: QUANTIDADE		VALOR
INSTRUÇÕES: OS VALORES DA MULTA/JUROS DE MORA POR ATRASO SÓ SERÃO COBRADOS NA PRIMEIRA FATURA APÓS O PAGAMENTO DESTA. TÍTULO SUJEITO A PROTESTO APÓS O VENCIMENTO. NÃO ACEITAMOS DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE, CASO OCORRA, O MESMO NÃO QUITARÁ ESTA FATURA.				
PAGADOR: GERMÃO DIOMAR POTT				
CHACARA RAINHA DOS ANJOS, S/N - 24.436.09.998700 AMAMBÁ (AG: 36)				
SACADOR: AVALISTA				
CPF/CPF: 160.347.839-68				
CÓD. DE BARRA				

Pague por

PIX

É fácil, rápido e seguro.

Receba sua conta só com o PIX
Cadastre-se em nossos canais

Ficha de Compensação

ATENÇÃO

ICMS Sobre Desconto Tarifa Decreto 7.891/2013
UC com Microgeração classificada como GD, para faturamento, conforme Lei 14.300/22
Saldo Acumulado: 525 A expirar no próximo ciclo: 0
- CONTA REFATURADA
- Conta Refaturada

SITUAÇÃO DE DÉBITOS

INDICADORES DE QUALIDADE

LIMITES DA ANEEL	MENSAL	APUR.	TRIM.	ANUAL
DIC	7,00	2,23	0,00	0,00
FIC	4,00	2,00	0,00	0,00
DMIC	5,00	1,35		
DICRI	13,00			

Conjunto: AMAMBAL

Referência:

06/2025

Tensão Contratada:

Limite Adequado:

117 a

DIC: Horas que o cliente ficou sem energia

FIC: Votos que o cliente ficou sem energia

DMIC: Duração da maior interrupção de energia no período

DICRI: Duração da interrupção individual em dias críticos

CONSUMO DOS ÚLTIMOS 13 MESES

MÊS	CONSUMO FATURADO	DEMANDA MÉDIA	CONS. FAT.	CONSUMO FATURADO	DEMANDA MÉDIA	ERE	DRE	ERE	DRE	CONS.	ERE	DEMANDA MÉDIA
AGO/25	348,00 *											0,00
JUL/25	297,00 *											0,00
JUN/25	268,00 *											0,00
MAY/25	238,00 *											0,00
ABR/25	340,00 *											0,00
MAR/25	336,00 *											0,00
FEV/25	347,00 *											0,00
JAN/25	480,00 *											0,00
DEZ/24	354,00 *											0,00
NOV/24	348,00 *											0,00
OUT/24	742,00 *											0,00
SET/24	82,00 *											0,00
AGO/24	81,00 *											0,00
	PONTA	INTERMEDIÁRIA		FORA DE PONTA		PONTA		FORA DE PONTA		RESERVADO		TUDO

* FATURAMENTO PELA MÉDIA/MÍNIMO

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	%
Serviço de distribuição	16,68	27,57
Compra de energia	20,92	34,57
Serviço de transmissão	2,61	4,64
Encargos setoriais	6,91	11,42
Impostos diretos e encargos	13,19	21,80
Outros serviços	0,00	0,00
Total	60,31	100,00

Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (Ref 06/2025): R\$ 17,43

ESTRUTURA DO CONSUMO

DADOS DA LEITURA		Leitura Anterior: 22/07/2025		Leitura Atual: 20/08/2025		Dias: 29		DADOS DO CONSUMO	
UN.	POSTO	ATUAL	ANTERIOR	K	PERDAS (%)	FAT. POT.	AJ. FAT. POT.	MEDIDO	FATURADO
KWH	Posto	4.025,00	3.680,00	1,00				345,00	345,00
INJ	Posto	3.180,00	2.628,00	1,00				854,00	295,00

DADOS DA DEMANDA

* KWtg: Dem Tsdg * K: Const Med

FIQUE ATENTO

Informações sobre condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos estão disponíveis para consulta em nossas agências de atendimento e no site. Assim como, dados sobre apuração dos indicadores de continuidade, de tensão e limites aplicáveis também podem ser obtidos por meio do endereço eletrônico www.energisa.com.br.

Pagando sua conta em dia, você evita cobrança de multa de 2%, atualização monetária com base na variação do IGP-M, juros de mora de 1% ao mês, corte no fornecimento de energia e demais transtornos. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.

Caso não efetue o pagamento de sua conta de luz até a data do vencimento, uma vez vencida, você estará sujeito à inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito (SPC, SERASA, SCPC), e também estará sujeito ao protesto do documento junto aos órgãos competentes, devendo arcar com todos os custos para retirada do protesto.

Central de Atendimento Energisa: 0800 722 7272
Central de Atendimento Energisa (alta e média tensão): 0800 729 7299
Atendimento Energisa para deficientes auditivos ou de fala: 0800 722 0445

Divisão de Atendimento: 0800 722 0445 (horário comercial) - Necessário ter o número do protocolo de atendimento
AGEMA - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul: 0800 722 0162 (ligação gratuita de telefones fixos e móveis)
NRELL - Agência Nacional de Energia Elétrica: 0800 722 0162 (ligação gratuita de telefones fixos e móveis)

ONDE PAGAR SUA CONTA

Débito Automático:
Bradesco / Bancoob (Sicoob) / Banco do Brasil / Inter / Safra / Santander / Banco de Brasília / Caixa Econômica Federal / Credicoamo / Itaú / Sicredi / Banco BMB

Agentes Credenciados:
Caixa Econômica Federal (Casas Lotéricas e Caixa Aqui) / Banco do Brasil (Correspondentes Bancários) / Bradesco (Correspondentes Bancários) / Bancoob (Sicoob) / Sicredi (Agentes Credenciados) / Credicoamo / Tribanco

Autoatendimento e Internet:
Bradesco / Bancoob (Sicoob) / Banco do Brasil / Banco Inter / Safra / Santander / Banco de Brasília / Caixa Econômica Federal / Credicoamo / Itaú / Sicredi / Banco BMB

Chegamos no WhatsApp!

Agora você pode solicitar a 2ª via das suas faturas, religação e tirar dúvidas através da nossa assistente virtual no Whatsapp.

Adicione o nosso número nos seus contatos:
67 9 9980-0698



Baixe o Energisa On no seu smartphone:

Mais comodidade e facilidade no seu relacionamento conosco.

Com o Energisa On você pode solicitar serviços, esclarecer dúvidas e muito mais.

Disponível para Android e iOS em energisa.com.br/energisaon





MUNICÍPIO DE AMAMBAI

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 3244 - CENTRO - CNPJ: 03.568.433/0001-36

AMAMBAI/MS - CEP 79.990-000

FONE: (67) 3481-7400



CÓDIGO DE ACESSO

687099D4278E418F914D58494DF7CA7F

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: GERMANO DIOMAR POTT em 16/09/2025 10:34:42

CPF:*** *-839-68

Certificadora: MUNICÍPIO DE AMAMBAI - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://amambai.flowdocs.com.br/public/assinaturas/687099D4278E418F914D58494DF7CA7F>

CONTRATO PARTICULAR DE CESSÃO DE DIREITOS SOBRE IMÓVEIS.

Por este instrumento particular de compra e venda sobre imóveis, de um lado

ANDREIVAN FISTAROL, portador do CPF 407.550.021-72 e RG 358.562 – SSP/MS,

Brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente de VENDEDOR, e de outro o Sr. GERMANO DIOMAR POTT, portador do CPF 160.347.839-68 e RG 1.161.869 SSP/PR, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente de COMPRADOR, tem entre si justos e convencionados o seguinte, que aceitam a saber:

CLÁUSULA 1ª - DO IMÓVEL

Por força de contrato particular de compra e venda firmado com Francisco Carlos Martins Cilião em 15.04.1998, que vendeu para Luis Aparecido da Fonseca, que vendeu para Andreivan Fistarol em 18.07.2002, o cedente tornou-se titular dos direitos aquisitivos do imóvel rural denominado Chácara Rainha dos Anjos, com 15,00 has (quinze hectares) localizado neste município e comarca de Amambai MS, neste ato e pela melhor forma de direito CEDEM e transferem ao cessionário todos os direitos que exerciam sobre o Referido imóvel de acordo com as seguintes cláusulas.

CLÁUSULA 2ª - DO VALOR DA VENDA

O valor justo e acertado da presente venda é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no ato da assinatura do mesmo e de 400 sacas (quatrocentas) de soja para pagamento em 30 de Maio de 2004.

CLÁUSULA 3ª - DA IRREVOGABILIDADE

A presente transação é feita em caráter irrevogável, livre e desembaraçada

De quaisquer ônus.

CLÁUSULA 4ª DA POSSE

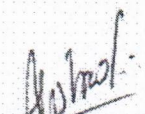
O vendedor transfere desde já toda posse e domínio que exercia sobre o imóvel, ao comprador, ficando este com pleno poder para solicitar a outorga da Escritura e/ou Título definitivo que será expedido pela Prefeitura de Amambai – MS.

CLÁUSULA 5ª – DO FORO

Fica eleito o foro desta Comarca para dirimir as dúvidas que por ventura venha surgir com relação ao presente.

E por, estarem assim justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas que também assinam.

Amambai, 10 de setembro de 2003.


ANDREIVAN FISTAROL
VENDEDOR.


GERMANO DIOMAR POTT
COMPRADO.



MUNICÍPIO DE AMAMBAI

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 3244 - CENTRO - CNPJ: 03.568.433/0001-36

AMAMBAI/MS - CEP 79.990-000

FONE: (67) 3481-7400



CÓDIGO DE ACESSO

7CBD1B703C86480DB68887F9CE7BDE11

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: GERMANO DIOMAR POTT em 16/09/2025 10:34:51

CPF:***-**-839-68

Certificadora: MUNICÍPIO DE AMAMBAI - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://amambai.flowdocs.com.br/public/assinaturas/7CBD1B703C86480DB68887F9CE7BDE11>

99269-3335



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL 28.806.272-8	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DA AGROPECUÁRIA	DATA DE INÍCIO DA ATIVIDADE 11/04/2018
NOME DA PROPRIEDADE CHÁCARA RANCHO JARDIM		
RAZÃO SOCIAL/NOME GERMANO DIOMAR POTT		CPF/CNPJ 160.347.839-68
NOME A CONSTAR NOS DOCUMENTOS FISCAIS GERMANO DIOMAR POTT/GELIR POTT		
NOME DO CÔNJUGE GELIR POTT		CPF DO CÔNJUGE 506.256.081-00
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA GADO BOVINO		
LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE PROLONG V STO ANTONIO ESTRADA VICINAL KM 02		
MUNICÍPIO AMAMBAI		
DOMICÍLIO FISCAL (AGENFA) 90200209 - AGENFA AMAMBAI		
SITUAÇÃO CADASTRAL HABILITADO		DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO 11 DE ABRIL DE 2018
MOTIVO DA SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVO		
Consulta realizada no dia 11/04/2018 às 08:01:00 (horário de MS). A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA de MS na internet, no endereço www.icmstransparente.ms.gov.br Aprovado pelo Decreto 13.222, de 17 de junho de 2011		

Assinado por 1 pessoa: GERMANO DIOMAR POTT
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://amambai.flowdocs.com.br/public/assinaturas/0BE34F32A4E74986A8A2F342394E17A9>





MUNICÍPIO DE AMAMBAI

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 3244 - CENTRO - CNPJ: 03.568.433/0001-36

AMAMBAI/MS - CEP 79.990-000

FONE: (67) 3481-7400



CÓDIGO DE ACESSO

0BE34F32A4E74986A8A2F342394E17A9

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: GERMANO DIOMAR POTT em 16/09/2025 10:34:58
CPF:***.***-839-68
Certificadora: MUNICÍPIO DE AMAMBAI - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://amambai.flowdocs.com.br/public/assinaturas/0BE34F32A4E74986A8A2F342394E17A9>



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI
GABINETE DO PREFEITO**

LEI MUNICIPAL Nº 1.765/03

Dispõe sobre a doação de imóvel que especifica e autoriza a expedição de Título Definitivo de Domínio Pleno, nos termos da Lei Municipal nº 1.757, de 16 de setembro de 2003 e dá outras providências.

DIRCEU LUIZ LANZARINI - Prefeito Municipal de Amambai-MS., faço saber que em sessão do dia 22.09.03 a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar a ANDREIVAN FISTAROL, uma fração de terras medindo 15.1394ha (quinze hectares, mil e trezentos e noventa e quatro metros quadrados) extraídos do imóvel sem denominação de propriedade do Município de Amambai-MS, e matriculado no CRI da Comarca sob o nº 15.632, dentro dos seguintes limites e confrontações:

O MP.01 está cravado a margem da estrada vicinal Amambai/hípica, daí segue por duas linhas sucessivas margeando a referida estrada vicinal pelos rumos e distâncias de 02°44'15" SW e 318,27 m até o M.02, daí segue 03°48'17" SW e 70,98 m até o M.03, daí segue por uma linha dividindo com terras de Gilvan Hipólito de Souza pelo rumo e distância de 84°25'29" NW e 408,30 m até o M.04, daí segue por uma linha dividindo com terras do 17º RC. Mecanizada pelo rumo e distância de 07°10'32" NE e 378,58 m até o M.05, daí segue por uma linha dividindo com terras de Antonio Rabelo pelo rumo e distância de 85°59'33" SE e 379,92 m até o MP.01 ponto e partida, fechando desta maneira o perímetro e confrontando:

Ao Norte: Antonio Rabelo

Ao Sul: Gilvan Hipólito de Souza

A Leste: Estrada vicinal Amambai/hípica

Ao Oeste: 17º RC. Mecanizada.

Art. 2º A área descrita no artigo 1º destina-se a moradia e a exploração agropecuária, não podendo ser dada outra destinação à mesma.

Art. 3º O donatário fica impedido de alienar o imóvel doado pelo espaço de 02 (dois) anos.

Art. 4º A área doada não poderá ter destinação diversa da mencionada nesta Lei, sob pena de reversão ao patrimônio do Município, devendo no documento de doação constar esta condição.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



Prefeitura de Amambai

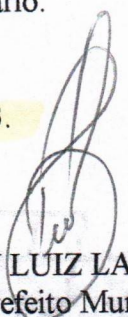
Tratando a Comunidade com Respeito!



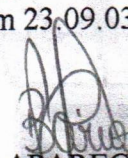
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI
GABINETE DO PREFEITO**

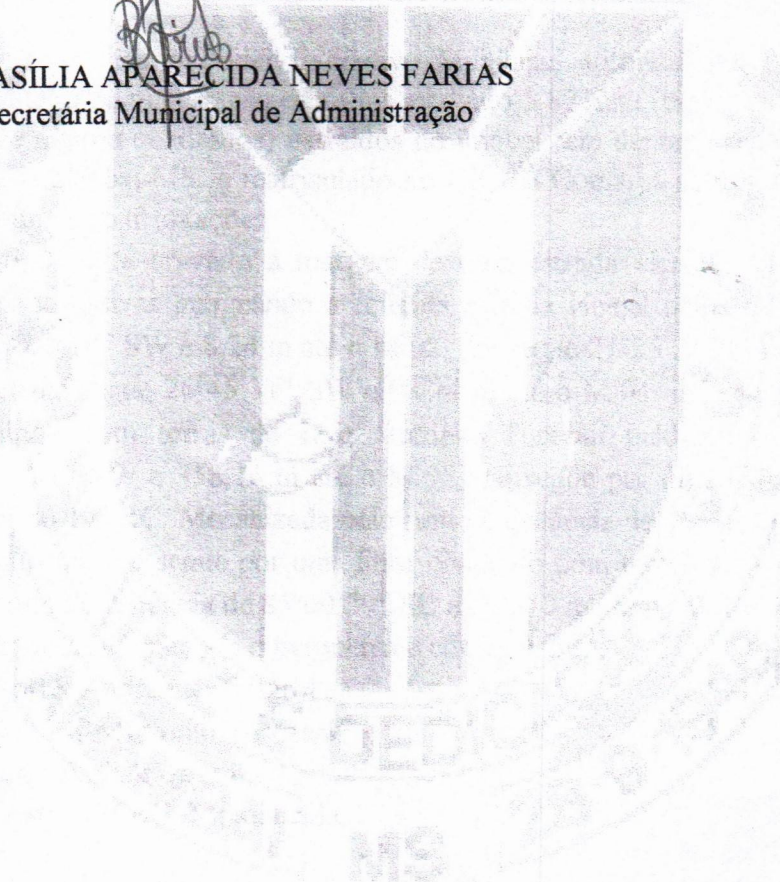
Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de setembro de 2003.


DIRCEU LUIZ LANZARINI
Prefeito Municipal

REGISTRADA:
Publicada em 23.09.03

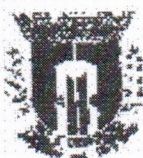

BRÁSILIA APARECIDA NEVES FARIAS
Secretária Municipal de Administração



Prefeitura de Amambai

Tratando a Comunidade com Respeito!

Praça Cel. Valêncio de Brum, 333 – Fone: (67) 481-1911 – Fax: (67) 481-2445 – CEP: 79990-000 – Amambai/MS – e-mail: gabpref@douranet.com.br



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 1.765/03

Dispõe sobre a doação de imóvel que especifica e autoriza a expedição de Título Definitivo de Domínio Pleno, nos termos da Lei Municipal nº 1.757, de 16 de setembro de 2003 e dá outras providências.

DIRCEU LUIZ LANZARINI - Prefeito Municipal de Amambai-MS, faço saber que em sessão do dia 22.09.03 a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar a **ANDRIIVAN FISTAROI**, uma fração de terras medindo 15,1394ha (quinze hectares, mil e trezentos e noventa e quatro metros quadrados) extraídos do imóvel sem denominação de propriedade do Município de Amambai-MS, e matriculado no CRI da Comarca sob o nº 15,632, dentro dos seguintes limites e confrontações:

O MP.01 está cravado a margem da estrada vicinal Amambai/típica, daí segue por duas linhas sucessivas margeando a referida estrada vicinal pelos rumos e distâncias de 02°44'15" SW e 318,27 m até o M.02, daí segue 03°48'17" SW e 70,98 m até o M.03, daí segue por uma linha dividindo com terras de Gilvan Hipólito de Souza pelo rumo e distância de 84°25'29" NW e 408,30 m até o M.04, daí segue por uma linha dividindo com terras do 17º RC. Mecanizada pelo rumo e distância de 07°10'32" NE e 378,58 m até o M.05, daí segue por uma linha dividindo com terras de Antonio Rabelo pelo rumo e distância de 85°59'33" SE e 379,92 m até o MP.01 ponto e partida, fechando desta maneira o perímetro e confrontando:

Ao Norte: Antonio Rabelo

Ao Sul: Gilvan Hipólito de Souza

A Leste: Estrada vicinal Amambai/típica

Ao Oeste: 17º RC. Mecanizada.

Art. 2º A área descrita no artigo 1º destina-se a moradia e a exploração agropecuária, não podendo ser dada outra destinação à mesma.

Art. 3º O donatário fica impedido de alienar o imóvel doado pelo espaço de 02 (dois) anos.

Art. 4º A área doada não poderá ter destinação diversa da mencionada nesta Lei, sob pena de reversão ao patrimônio do Município, devendo no documento de doação constar esta condição.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



Prefeitura de Amambai

Trabalha a Comunidade em Paz e Bem

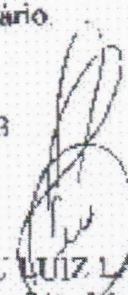




**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de setembro de 2003


DIRCEU LUIZ LANZARINI
Prefeito Municipal

REGISTRADA:
Publicada em 23/09/03


BRÁSILIA APARECIDA NEVES FARIAS
Secretária Municipal de Administração





MUNICÍPIO DE AMAMBAI

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 3244 - CENTRO - CNPJ: 03.568.433/0001-36

AMAMBAI/MS - CEP 79.990-000

FONE: (67) 3481-7400



CÓDIGO DE ACESSO

0E7CD3B7EDD44C4B9114745E8EA30EAA

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: GERMANO DIOMAR POTT em 16/09/2025 10:35:08

CPF:***.***-839-68

Certificadora: MUNICÍPIO DE AMAMBAI - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://amambai.flowdocs.com.br/public/assinaturas/0E7CD3B7EDD44C4B9114745E8EA30EAA>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Estado do Paraná

Distrito de Vila Nova - Município e Comarca de Toledo

REGISTRO CIVIL

Atilio Maróstica

Capitolo N. 398

CERTIFICO que da _____ 398 _____ do livro " B-1 " de regis-
tro de casamento foi hoje feito o assento do instrumêto de " GERMANO DIO AR POTT " solteir-
re, com 23 anos de idade e " GELIR LUPATINI " solteira, com
19 anos de idade; - - - - -
contrado perante o juiz de Paz, cidade de STEWIA WILMANN (2º Supl.) e as testemunhas
as constantes do termo: - - - - -

Ele, nascido em São João de Itahacaré - RJ, aos 17 de outubro de 1950
profissão agricultor, domiciliado neste Distrito
e residente em este Distrito, filho de CARLOS GERMANO PRITE -
POTT e de Da. LYDIA HARTUNG POTT, brasileiros, casados, agricultores,
naturais do Rio Grande do Sul, residentes e domiciliados neste Distrito
Ela, nascida em Candelária, Santa Catarina, aos 05 de agosto de 1954
profissão doméstica, domiciliada neste Distrito
e residente em este Distrito, filha de PETER LUPATINI e de
Da. THERESA LUPATINI, brasileiras, casados, agricultores, na-
turais do Rio Grande do Sul, residentes e domiciliados neste Distrito;
e qual passará assinar-se "CELIA POTT"

Observações: CASAMENTO CELEBRADO SOB O REGIME DE COMUNHÃO BENS. P.

O referido é verdade e dou fé

Vila Nova, 25 de MAIO

Desire de R. 14. 10. 10. 10.



MUNICÍPIO DE AMAMBAI

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 3244 - CENTRO - CNPJ: 03.568.433/0001-36

AMAMBAI/MS - CEP 79.990-000

FONE: (67) 3481-7400



CÓDIGO DE ACESSO

216F626403F741608EBC0111D32CEED0

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

✓ Assinante: GERMANO DIOMAR POTT em 16/09/2025 10:35:17
CPF:***.***-839-68
Certificadora: MUNICÍPIO DE AMAMBAI - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://amambai.flowdocs.com.br/public/assinaturas/216F626403F741608EBC0111D32CEED0>

REQUERIMENTO

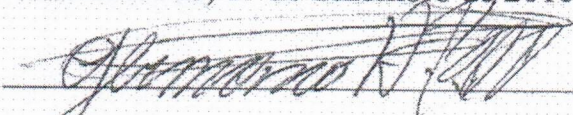
Ao
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul

Senhor Superintendente,

Eu GERMANO DIOMAR POTT residente e domiciliado na VILA SANTO ANTÔNIO, RANCHO JARDIM, Cidade de Amambai, Estado/MS, CEP 79990-000, TELEFONE 34812147 RG nº 1161869 SSP/PR, CPF nº 160.347.839-68 CASADO com GELIR POTT, RG 673390 SSP/MS, CPF 506.256.081-00, proprietários do imóvel rural denominado RANCHO JARDIM, oriundo de um contrato particular de cessão de direitos sobre imóveis, tendo como CEDENTE O SR. ADREIVAN FISTAROL E COMO CESSIONÁRIO O SR. GERMANO DIOMAR POTT,, venho por meio deste, requerer a V.Sª os procedimentos necessários para a Certificação do imóvel, mencionando, em atendimento a Lei de Registros Públicos, com fundamento na Lei nº 10.267/2001 regulamentada pelos Decretos 4.449/2002 e 5.570/2005, para tanto anexamos os seguintes documentos:

1. (x) Documentos Pessoais (RG e CPF);
2. () Cópia de documento para confirmação do endereço;
3. () Escritura Pública do Imóvel – original ou cópia autenticada;
4. (x) Contrato particular de cessão de direitos sobre imóveis;
5. () Original ou cópia de Contrato de Compra e Venda emitido em ____/____/____, por _____.

Amambai/MS, 15 de dezembro de 2010.



GERMANO DIOMAR POTT
RG: 1.161.869 SSP/PR

Recebido em 15/12/2010.

Servidor:



Rogério de Sousa
Analista em Ref. Desenvolvimento Agrário
Matr.: 1550455



MUNICÍPIO DE AMAMBAI

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 3244 - CENTRO - CNPJ: 03.568.433/0001-36

AMAMBAI/MS - CEP 79.990-000

FONE: (67) 3481-7400



CÓDIGO DE ACESSO

0F91FA350548486292B0CDC3C5CA04A9

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

✓ Assinante: GERMANO DIOMAR POTT em 16/09/2025 10:35:36
CPF:***.***-839-68
Certificadora: MUNICÍPIO DE AMAMBAI - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://amambai.flowdocs.com.br/public/assinaturas/0F91FA350548486292B0CDC3C5CA04A9>



TERMO DE RESPONSABILIDADE

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

IE: 288062728 Nome/Razão Social: GERMANO DIOMAR POTT
Endereço: CHACARA RANCHO JARDIM Número: 00 CxP:
Bairro: ZONA RURAL Complemento: CHACARA
Município: AMAMBÁ UF: MS CEP: 79990000
Email: paulobrandaoalex@gmail.com Telefone: 6734815250

2. IDENTIFICAÇÃO SOLICITANTE (SÓCIO)

Nome:

CPF:

3. IDENTIFICAÇÃO PROCURADOR

Nome	CPF
------	-----

4. DO OBJETO DO TERMO

A Secretaria de Estado de Fazenda, por este ato, disponibiliza o acesso para o contribuinte acima identificado, ao site de internet intitulado "ICMS Transparente", podendo revogar este acesso a qualquer tempo e sem prévio aviso.

O contribuinte, por este ato, estará obrigado a utilizar esta forma de acesso e, somente em casos comprovados e justificados de força maior, urgência e indisponibilidade do endereço eletrônico do ICMS Transparente, poderá utilizar o atendimento nas Agências Fazendárias.

Para o acesso será necessária senha, fornecida pelo contribuinte, de seu exclusivo conhecimento, que se responsabilizará por sua guarda, divulgação e uso.

A utilização por terceiros de tal senha significará uma representação autorizada pelo solicitante, que responderá integralmente pelos atos de seu uso.

O contribuinte, por este ato, aceita receber notificações ou intimações fiscais por intermédio do "ICMS Transparente", conforme disposto na Lei 3.796, de 10 de Dezembro de 2009.

Amambá, quinta-feira, 12 de abril de 2018 10:31:32

Agente de Validação
(carimbo e assinatura)

Titular ou Responsável

Emitido por: samaral





MUNICÍPIO DE AMAMBAI

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 3244 - CENTRO - CNPJ: 03.568.433/0001-36

AMAMBAI/MS - CEP 79.990-000

FONE: (67) 3481-7400



CÓDIGO DE ACESSO

18006E482B714237BC6090C81F5B4EDF

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

✓ Assinante: GERMANO DIOMAR POTT em 16/09/2025 10:35:43
CPF:***.***-839-68
Certificadora: MUNICÍPIO DE AMAMBAI - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://amambai.flowdocs.com.br/public/assinaturas/18006E482B714237BC6090C81F5B4EDF>



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI
GABINETE DO PREFEITO

Ano de 2003

Nº 07

Título De Domínio Pleno

DIRCEU LUIZ LANZARINI, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, inscrito no CPF sob o nº 028.021.368-95, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, 695, nesta cidade, exercendo atualmente o mandato de Prefeito Municipal de Amambai, Estado de Mato Grosso do Sul, concede o Título Definitivo de Domínio Pleno por doação a ANDREIVAN FISTAROL, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 407.550.021-72, uma fração de terras medindo 15.1394ha (quinze hectares, mil e trezentos e noventa e quatro metros quadrados), extraído do imóvel sem denominação de propriedade do Município de Amambai-MS, e matriculado no CRI da Comarca sob o nº 15.632, dentro dos seguintes limites e confrontações:

O MP.01 está cravado a margem da estrada vicinal Amambai/hipica, daí segue por duas linhas sucessivas margeando a referida estrada vicinal pelos rumos e distâncias de 02°44'15" SW e 318,27 m até o M.02, daí segue 03°48'17" SW e 70,98 m até o M.03, daí segue por uma linha dividindo com terras de Gilvan Hipólito de Souza pelo rumo e distância de 84°25'29" NW e 408,30 m até o M.04, daí segue por uma linha dividindo com terras do 17º RC. Mecanizada pelo rumo e distância de 07°10'32" NE e 378,58 m até o M.05, daí segue por uma linha dividindo com terras de Antonio Rabelo pelo rumo e distância de 85°59'33" SE e 379,92 m até o MP.01 ponto e partida, fechando desta maneira o perímetro e confrontando:

Ao Norte: Antonio Rabelo

Ao Sul: Gilvan Hipólito de Souza

A Leste: Estrada vicinal Amambai/hipica

Ao Oeste: 17º RC. Mecanizada.

A área acima descrita destina-se a moradia e exploração agropecuária, não podendo ser dada outra destinação à mesma, ficando o donatário impedido de alienar o imóvel doado pelo período de 02 (dois) anos. Caso não sejam cumpridas as determinações da Lei Municipal nº 1.765/03, que autorizou a dita doação, o imóvel ora doado será revertido ao patrimônio público, não gerando ao donatário direito e nem retenção pelas benfeitorias executadas.

Tudo de conformidade com as Leis Municipais nº 1.757, de 16 de setembro de 2003 e 1.765, de 23 de setembro de 2003.

Dado e passado nesta Secretaria Municipal de Administração, aos 25 dias do mês de setembro de 2003, por mim Brasília Aparecida Neves Farias, Secretária de Administração que o subscrevi.

Brasília Aparecida Neves Farias
Secretária de Administração

Dirceu Luiz Lanzarini
Prefeito Municipal

RECIBO





MUNICÍPIO DE AMAMBAI

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 3244 - CENTRO - CNPJ: 03.568.433/0001-36

AMAMBAI/MS - CEP 79.990-000

FONE: (67) 3481-7400



CÓDIGO DE ACESSO

614A1B5CF80140DEA7D52AEBB3B8491C

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: GERMANO DIOMAR POTT em 16/09/2025 10:35:50
CPF:***.***-839-68
Certificadora: MUNICÍPIO DE AMAMBAI - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://amambai.flowdocs.com.br/public/assinaturas/614A1B5CF80140DEA7D52AEBB3B8491C>



De: Protocolo

Enviado por: GISELE FERNNADEZ DE SOUZA (giselefernandez)

Para: Caio Fachin (Interno)

Data: 16 de setembro de 2025 às 10:54

segue processo.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI.
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.**

PARECER JURÍDICO

PROCESSO nº 168926/2025.

INTERESSADO: Gabinete do Prefeito – Germano Diomar Pott.

ASSUNTO: Alteração do art. 1º da Lei Municipal n. 1.765/2003 para substituição do donatário, a fim de regularizar a titularidade do imóvel rural objeto de doação municipal.

I. RELATÓRIO

Cuida-se de exame jurídico sobre a viabilidade e a legalidade de proposta de alteração legislativa destinada a substituir o donatário indicado no art. 1º da Lei Municipal nº 1.765/2003, a qual doou fração de terras de domínio municipal, com expedição de Título de Domínio Pleno, nos termos e para os fins da Lei Municipal nº 1.757/2003 (lei-matriz de regularização fundiária da época).

A Lei Municipal nº 1.757/2003 estabeleceu o programa de legitimação e regularização de terras da reserva municipal em favor de ocupantes/detentores que atendessem a requisitos de moradia/ocupação e exploração agropecuária, inclusive mediante expedição de título definitivo, quando preenchidas as condições legais.

Na sequência, a Lei Municipal nº 1.765/2003 autorizou a doação nominalmente a Andreivan Fistarol, descrevendo a área e suas confrontações, impondo destinação para moradia e exploração agropecuária, cláusula de reversão e impedimento de alienação por dois anos.

Consta dos autos que, antes da sanção da Lei Municipal nº 1.765/2003 e da emissão do Título de Domínio Pleno, Andreivan Fistarol cedeu os direitos sobre o imóvel a Germano Diomar Pott, o qual, desde então, detém a posse e explora a área, tendo providenciado documentos de cadastro e exploração rural.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI.
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.**

PARECER JURÍDICO

À vista desse quadro fático, foi elaborada minuta de projeto de lei alterando o art. 1º da Lei Municipal nº 1.765/2003 para substituir o donatário, reconhecendo a situação possessória e a destinação fática da área desde 2003.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A questão central reside em saber se é juridicamente adequada e suficiente a alteração do art. 1º da Lei Municipal nº 1.765/2003 para substituir o donatário, sem caracterizar nova doação, mas sim correção/adequação do ato legislativo específico à finalidade e aos pressupostos da Lei Municipal nº 1.757/2003, que, como lei-matriz, visa à regularização fundiária em favor dos ocupantes/detentores da reserva municipal que preencham os requisitos legais.

A Lei Municipal nº 1.757/2003 determina que o Município legitimará terras rurais da reserva municipal até 25 hectares a ocupantes que comprovem moradia e exploração agropecuária e regularizará terras a ocupantes que, ainda que não residentes, preencham requisitos de ocupação mínima, tempo de posse e exploração de ao menos 1/3 da área.

Além disso, a própria lei prevê a necessidade de autorização legislativa específica para doações direcionadas, preservando, em qualquer hipótese, a função social da terra e a destinação do imóvel regularizado. Em suma, **o beneficiário-alvo do programa é quem detém a posse qualificada e explora a área, não um terceiro sem a ocupação de fato.**

Partindo dessa premissa, equivocadamente, a Lei Municipal nº 1.765/2003 nomeou como donatário Andreivan Fistarol, descrevendo a área e impondo destinação de moradia e exploração agropecuária, cláusula de reversão e impedimento de alienação por 2 anos.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI.
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.**

PARECER JURÍDICO

Ocorre, todavia, que o beneficiário indicado já havia cedido os direitos antes mesmo da sanção e do título, de modo que a pessoa nomeada na lei específica não era, de fato, o detentor/ocupante a quem a lei-matriz se dirige.

Há, portanto, dissonância objetiva entre a lei específica e a finalidade/pressupostos da lei-matriz e do próprio programa de regularização, que precisa ser, de fato, corrigida.

Nesse cenário, a alteração do art. 1º da Lei Municipal nº 1.765/2003 para substituir o donatário não cria um novo benefício, pois apenas alinha o texto normativo ao suporte fático-jurídico existente à época da outorga (posse qualificada e exploração pelo Sr. Germano).

Trata-se de regularização corretiva, isto é, um ajuste de titularidade coerente com a finalidade pública do programa (regularizar quem de fato ocupa/explora), sem ampliar objeto, área ou vantagens além daquelas já estabelecidas.

Desse modo, não se configura uma “nova doação”, com ônus de motivação adicional ou novo juízo de conveniência/oportunidade, mas mera correção da indicação pessoal do beneficiário, preservando-se integralmente as cláusulas e condicionantes (destinação, reversão etc.) que sempre vincularam o bem.

A correção legislativa, portanto, representa medida que prestigia os princípios da finalidade e da verdade material, ao buscar que a regularização alcance o real ocupante e adeque o ato normativo à realidade fática comprovada nos autos. Também reforça a segurança jurídica e a confiança legítima, ao estabilizar situação consolidada há muitos anos, caracterizada pela



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI.
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.**

PARECER JURÍDICO

exploração contínua e pelo registro cadastral rural compatível com o uso da área.

Além disso, concretiza os valores da eficiência administrativa, por oferecer solução simples, clara e definitiva no âmbito registral, e atende ao interesse público primário, uma vez que o patrimônio municipal permanece afetado à finalidade de moradia e exploração agropecuária prevista no programa de regularização, sem comprometer as cláusulas resolutivas.

Assim, a alteração corrige um equívoco na indicação do beneficiário e confere plena efetividade à lei-matriz de regularização, preservando as condições, a cláusula de reversão e a destinação específica já estabelecidas.

Por fim, como se trata de adequação do beneficiário ao quadro fático pretérito, a alteração não altera a área, a finalidade, nem as cláusulas resolutivas já constantes da Lei Municipal nº 1.765/2003 que permanecem incólumes.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, opino pela legalidade e conveniência jurídica da alteração do art. 1º da Lei Municipal nº 1.765/2003, unicamente para substituir o donatário indicado por aquele que, comprovadamente, já detinha a posse e explorava a área à época da regularização em 2003, em consonância com a finalidade, os pressupostos e a técnica de regularização delineados na Lei Municipal nº 1.757/2003.

A medida não configura nova doação, mas correção do ato legislativo específico para adequá-lo ao suporte fático-jurídico originário, mantidas integralmente as cláusulas de destinação da área e reversão previstas na lei originária.

Prefeitura de Amambai

Rua Sete de Setembro, 3244 – Fone: (67) 3481-1911 – Fax: (67) 3481-2445 – CEP: 79990-000 – Amambai/MS



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI.
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.**

PARECER JURÍDICO

É este, S.M.J., o parecer.

Amambai/MS, 23 de outubro de 2025.

Caio Fachin

Procurador-Geral do Município
OAB/MS 14.490 – Dec. 003/2025.